

URBANIZAÇÃO E ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO TEÓRICO SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DA AGRICULTURA URBANA PARA A SOCIEDADE

DEVELOPMENT AND ALTERNATIVE DEVELOPMENT : A THEORETICAL STUDY ON URBAN AGRICULTURE CONTRIBUTION TO SOCIETY

Cristh Ellen Ferreira Pinheiro¹

Helder dos Anjos Augusto²

Cledinaldo Aparecido Dias³

Fábio da Silva Gonçalves⁴

¹Mestranda do Programa Associado UFMG-UNIMONTES em “Sociedade, Ambiente e Território”.

E-mail: crishefp@yahoo.com.br

²Doutor em Demografia, Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: matacuane@gmail.com

³Mestre em Administração, Universidade Federal de Lavras. E-mail: cledinadodias@yahoo.com.br

⁴Mestrando do Programa Associado UFMG-UNIMONTES em “Sociedade, Ambiente e Território”.

E-mail: fabbyogeo@hotmail.com

RESUMO

Diante das discussões sobre urbanização e desenvolvimento, faz-se necessário estudar como a sociedade tem reagido frente à expansão de base material e às relações de produção impostas na dinâmica da cidade industrial. Assim, o objetivo desta pesquisa consiste em analisar a agricultura urbana (AU) como alternativa de desenvolvimento. Realizou-se um ensaio teórico contemplando os temas urbanização, desenvolvimento, alternativas de desenvolvimento e agricultura urbana. A leitura permitiu entender que a urbanização consiste em um conjunto de transformações da sociedade, principalmente a industrialização, onde a cidade passa a ter a função de suprir a demanda de força de trabalho da indústria. Essa transformação radical permite a imposição da indústria na lógica de produção, contemplando os fatores de produção exigidos pela sinergia industrial de produtividade. Estudos apontam a modernização como a desarticulação entre a produtividade setorial e o consumo específico, tendo como consequência o subdesenvolvimento e considera o crescimento da produtividade como oposto ao desenvolvimento, fazendo necessário o estudo de experiências alternativas. Ademais, as alternativas de desenvolvimento, como a agricultura urbana, têm contribuído para o fortalecimento da sociedade frente ao processo de acumulação capitalista, pois seus benefícios versam aspectos importantes como a saúde, ambiente, cultura, educação e economia.

PALAVRAS-CHAVE: Ambiente; Capitalismo; Industrialização; Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

O estudo do espaço urbano é dotado de importância não apenas no cenário acadêmico, mas de pleito geral, como no contexto político-administrativo, por exemplo. Pensar o espaço urbano e as múltiplas faces que o tem em escopo implica na possibilidade de estabelecer equacionamentos para as diversas problemáticas que o tangencia.

Seguindo esta mesma lógica acima refletida, as questões e alternativas atinentes ao desenvolvimento urbano se endossam e assumem um contexto, nem sempre uníssono, que explicitam a complexidade da temática. Em sentido análogo, expressa Carlos (2008):

O processo de reprodução espacial envolve uma sociedade hierarquizada, dividida em classes, produzindo de forma socializada para consumidores privados. Portanto, a cidade aparece como produto apropriado diferencialmente pelos cidadãos. Essa apropriação se refere às formas mais amplas da vida na cidade; e nesse contexto se coloca a cidade como palco privilegiado das lutas de classe, pois o motor do processo é determinado pelo conflito decorrente das contradições inerentes às diferentes necessidades e pontos de vista de uma sociedade de classes (CARLOS, 2008, p. 23).

O contexto acima exposto se avulta em face do processo de globalização e da transnacionalização do capital pelo globo terrestre. Nos enquadramentos da globalização a cidade é palco das rugosidades estabelecidas pela dinâmica do aumento acelerado dos fluxos globais de capital, mercadorias, serviços, pessoas e informações. Igualmente, recebe, produz e reproduz as desigualdades socioeconômicas instauradas pela centrismo universal da epopeia do capital, por assim dizer.

Não obstante, a agricultura urbana (AU) se desponta no cenário alinhavado acima como forma de repensar a o modo de produção das cidades e da apropriação do solo urbano, não apenas na lógica/ilógica da acumulação do capital, mas como espaço coletivamente produzido e alternativamente à centralidade do modo burguês que, infelizmente, ainda se reverbera, nas cidades brasileiras. A agricultura urbana traz em si a relevância de romper com a rígida dicotomia campo-cidade e instaura a possibilidade de elevar os estudos urbanos a um nível de abstração que se sobrepuja a alienação da produção capitalista.

Sob tais perspectivas, este artigo objetivou analisar a agricultura urbana como alternativa de desenvolvimento. Não se escusou o escopo da agricultura urbana dentro da sociabilidade do planejamento e da gestão do espaço geográfico urbano. Para alcance do objetivo proposto adotou-se como procedimento metodológico a revisão bibliográfica.

Assim sendo, e longe de esgotar as possibilidades de estudo, este trabalho se estrutura em quatro partes distintas. A primeira alinhava questões contextuais sobre a urbanização, desenvolvimento e sintetiza a urbanização brasileira. Já a segunda, discorre sobre gestão e planejamento do espaço urbano. A terceira parte aponta a agricultura urbana enquanto alternativa para o desenvolvimento urbano e as principais questões que a norteia. Por fim, ao final realizam-se as considerações finais e as breves abstrações que o estudo permitiu fincar.

Portanto, acredita-se que este trabalho, que se assenta numa perspectiva interdisciplinar, seja importante por alcançar uma gama diversificada de sujeitos interessados no estudo do espaço urbano e, mais especificamente, da agricultura urbana.

URBANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Os temas urbanização e desenvolvimento têm aquecido os debates que versam a gestão e o planejamento urbano. Assim, este item contemplará uma discussão abarcada no processo de urbanização, a relação com o desenvolvimento e uma breve síntese da urbanização brasileira.

A priori, faz-se necessário esclarecer que Lefebvre (1999) parte da hipótese da urbanização da sociedade para explicar a transição da mesma. Para o autor, a sociedade urbana resulta do que ele chama de urbanização completa. A discussão da Revolução Urbana explicitada por Lefebvre (1999) conclui que

a urbanização consiste em um conjunto de transformações em que a sociedade passa, com o processo de industrialização, no qual a cidade passa a ter a função de suprir a demanda de força de trabalho da indústria.

Em um eixo temporal, Lefebvre (1999) explica a formação das cidades a partir do ponto zero (Aldeias), passando pela cidade política, pela cidade mercantil, pela cidade industrial, até o ponto 100 que o autor considera como a zona crítica (100% do estado de urbanização). Quanto à cidade industrial, cabe ressaltar a afirmação do autor acerca da sobreposição da industrialização às trocas comerciais, chamado de explosão.

Por sua vez, para Monte-Mór (2006), a cidade passou por um processo duplo de implosão-explosão, onde sua centralidade implodiu sobre si e a periferia explodiu sobre o entorno. A explosão sobre o entorno exposta por Monte-Mór (2006), e também por Lefebvre (1999), incide na formação dos tecidos urbanos, os quais são compostos pelas manifestações de predomínio da cidade no campo. A partir disso, Monte-Mór (2006) afirma que:

[...] a cidade significou condição fundamental para o desenvolvimento da indústria, concentrando a população consumidora, os trabalhadores e as condições gerais de produção para instalação das empresas fabris presentes (ou criadas) apenas em algumas cidades, como até recentemente no Brasil (MONTE-MÓR, 2006, p. 5).

Segundo o autor supracitado, já se pode falar em uma sociedade virtualmente urbana no Brasil, a qual é marcada pela transformação da economia agroexportadora voltada para substituição de importações para o mercado interno, redefinindo a cidade industrial. Essa transformação, para o autor, contou com um papel importante do Estado na regulação das relações entre capital e trabalho, na garantia dos meios de produção para a indústria, ou seja, na perspectiva de contribuição para a sinergia capitalista em prol da acumulação de riqueza.

Monte-Mór (2006) ainda discute sobre as “novas fronteiras urbanas” no Brasil e aponta para uma urbanização extensiva em quase todo território brasileiro e critica a condição de imposição da lógica urbano-industrial imposta ao urbano social contemporâneo, integrando espaços rurais com a lógica de produção capitalista pautada pelo consumo. Desta maneira, a discussão de Lefebvre (1999) e de Monte-Mór (2006) enfatiza o domínio do capitalismo sobre sociedade e, sobretudo, na formação da sociedade urbana.

A propósito, para Furtado (1978) a formação das sociedades capitalistas tem como fase decisiva a Revolução Burguesa, a qual levaria a um “[...] conjunto de transformações sociais - condizentes à autêntica mutação que produziu a sociedade industrial capitalista” (FURTADO, 1978, p.39).

O debate que cerceia o tema versa a difusão da civilização industrial, a qual segundo Furtado (1978), tende a tecer laços de interdependência, verificados nos critérios de racionalidade instrumental, que produziram na Europa um estilo de civilização marcada pela industrialização (tecnicismo de todas as atividades produtivas), a urbanização (estruturação espacial da população para satisfazer as exigências do mercado de trabalho) e a secularização (prevalência da razão na legitimação dos sistemas

de poder). Vê-se, desta forma, a íntima relação entre urbanização, industrialização e secularização acima mencionadas.

A difusão desse modelo de civilização leva às estruturas sociais a ideia de canalização do processo de acumulação e das “[...] formas de comportamento que tendem a acentuar as desigualdades de níveis de patrimônio e de renda, com reflexos na estrutura de dominação social” (FURTADO, 1978, p. 51). Nesse sentido, Furtado (1978) reverbera a fragilidade da perspectiva de que todo e qualquer crescimento econômico conduziria ao desenvolvimento, sendo afirmação do autor que o processo de evolução da Civilização Industrial (economicista), como no caso europeu, não pode ser confundido com desenvolvimento.

Para Furtado (1978), a ideia de desenvolvimento comporta ambiguidades, e essas são ainda maiores quando consideradas no quadro da difusão da civilização industrial. Ao o tema desenvolvimento, Furtado (1992) alterca sobre o subdesenvolvimento e tangencia a relação entre a modernização e o desenvolvimento, bem como as implicações destes na economia e na sociedade.

Furtado (1992) afirma que o progresso técnico (desenvolvimento econômico), o qual está diretamente ligado à produtividade (redução dos custos de produção) que, em seu curso histórico, desencadeou a desigualdade social (distribuição de renda desigual/redução dos salários reais/baixo poder de compra) e as pressões inflacionárias como forma de controle da participação dos salários no produto social.

Nesse sentido, Furtado (1992) aponta a modernização como a desarticulação entre a produtividade setorial e o consumo específico, tendo como consequência o subdesenvolvimento. Contudo, conforme expõe o autor, o crescimento da produtividade não está diretamente ligado ao “verdadeiro” desenvolvimento. Ademais, o autor esclarece que a homogeneização social é uma condição necessária, mas não o suficiente, para a superação do subdesenvolvimento e, assim, o alcance do desenvolvimento.

Insta salientar, conforme Santos e Silveira (2002) que a metrópole constitui-se o lugar em que o moderno adapta-se sem atentar para o preexistente. Afirmam que o custo do alheamento na implantação da modernidade significa peso sobre outros aspectos da vida local, haja vista custos públicos, privados, federais, estaduais e municipais. Para tais autores, embora apenas subáreas privilegiadas gozem dos benefícios advindos da modernização, toda a cidade sofre com as consequências da lógica díspar da modernidade, posto que o espaço citadino é um organismo.

Em se tratando de subdesenvolvimento, Sposito (1997) assevera que há relação entre o crescimento das cidades dos países subdesenvolvidos com a industrialização, embora não haja correspondência em seus ritmos, e que o crescimento das cidades não decorra exclusivamente da industrialização. Neste contexto, assinala que:

De fato, os países ditos subdesenvolvidos passam, ainda que em níveis diferentes, por processos de industrialização, que dão sustentação ao próprio desenvolvimento do capitalismo monopolista. O que não se pode afirmar é que esta industrialização responda pelos ritmos acentuados de urbanização nos países “subdesenvolvidos”, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial. A nossa urbanização resulta das formas tomadas pelo desenvolvimento do capitalismo, que se traduz na articulação das relações econômicas, sociais e políticas existentes entre os países

“desenvolvidos” e os “subdesenvolvidos”. Poderíamos dizer, em outras palavras, que a nossa urbanização resulta do processo de transnacionalização da indústria ocidental (a do “centro”), abarcando os espaços periféricos e desorganizando e/ou apropriando das formas de produção tradicionais destes países (SPOSITO, 1997, p. 10).

Com efeito, a população urbana é hoje predominantemente urbana. Conforme IBGE (2010), no Brasil existem mais de 190 milhões de habitantes, a maioria habitando as áreas urbanas. Entretanto, o processo de urbanização brasileira remonta a década de 1940, com grande explosão da população urbana entre as décadas de 1970 e 1980.

O processo de urbanização brasileira teve como característica o êxodo rural, que foi motivado pela mecanização do campo e pelas péssimas condições de vida que sublinhavam o espaço rural e latifundiário do país. Sem perspectivas de condições favoráveis no campo, as pessoas migraram para a cidade em busca de trabalho e melhores condições de vida. Cidades como Rio de Janeiro e São Paulo expandiram-se rapidamente.

Neste contexto, a industrialização tornou-se um dos fatores contribuintes para o novo contexto do espaço geográfico brasileiro, já que ampliou a oferta de emprego e subsidiou o crescimento de atividades como a construção civil, o comércio e a prestação de serviços, atraindo ainda mais a população rural para as cidades. Todavia, ressalte-se que as cidades no Brasil já existiam muito antes ao processo de industrialização, mas apenas a partir da segunda metade do século XX que elas passaram a ter um papel decisório na organização do espaço geográfico brasileiro.

As cidades assumiram o centro das decisões políticas e socioeconômicas ao lado dos movimentos culturais e de cunho sócio-reivindicais. De fato, mesmo pessoas que vivem e trabalham no espaço rural, consideravelmente, estabelecem relações estreitas com a dinâmica urbana.

Todavia, o processo de urbanização em caráter de celeridade e desordenado desencadeou diversas consequências à sociedade brasileira, como o agravamento dos problemas socioambientais, segregação socioespacial, proliferação do trabalho informal, acentuação das desigualdades socioeconômicas, aumento da especulação imobiliária e da precarização das moradias. Ou como assevera Rodrigues (1997):

É suficiente observar qualquer cidade para verificar que há uma grande diferenciação entre as características de moradias dos bairros, tamanho dos lotes das construções, da “conservação”, de acabamento das casas, das ruas – asfaltadas ou não –, a existência de iluminação, esgotos, etc. para se ter uma noção da segregação espacial. Ao mesmo tempo, há espaços servidos de infraestrutura e outros sem. Há espaços densamente ocupados e outros com rarefação de ocupação. Amplos espaços servidos de infra-estrutura e outros com grande densidade de ocupação, mas com rarefação de serviços. Isto significa que a diversidade não se refere apenas ao tamanho das características das casas e terrenos, mas à **própria cidade**. [*grifo nosso*]. (RODRIGUES, 1997, p. 11)

intensas disparidades socioeconômicas que margeiam a dinâmica brasileira, reafirmando os desníveis de renda e habitabilidade no cenário social urbano do país, marcado pela divisão desigual do trabalho e dos lucros advindos dele.

Isto posto, há de se mencionar que no entendimento da necessidade de alternativas opostas à base material capitalista para o desenvolvimento, a gestão e o planejamento urbano consistem ferramentas importantes para tal, como propõe Duarte (2007). Em face disso, o item a seguir contemplará questões relativas à gestão e ao planejamento urbano.

GESTÃO E PLANEJAMENTO URBANO

Conforme alinhavado ao final do item anterior, a gestão e o planejamento urbano constituem elementos basilares no trato para com o desenvolvimento. Igualmente, ao tratar o planejamento urbano, Maricato (2000) aborda o contexto histórico urbano no Brasil e observa o surgimento dos planos diretores, em meados de 1900, por meio das propostas de embelezamento e melhoramento das cidades. Além disso, analisa o desenvolvimento citadino ao longo do tempo e os “planos-discursos” marcados pelas direções tomadas pelas obras e pelos investimentos favorecendo a elite brasileira e, a partir de 1988, com a Constituição Brasileira, a contribuição com a obrigatoriedade da execução dos Planos Diretores. Os estudos da autora também identificam os problemas que a sociedade brasileira enfrenta em relação à infraestrutura urbana e destaca proposições para o equacionamento dos problemas por ela enfrentado.

Para Maricato (2000), ao se comparar os problemas dos planos diretores antigos com os da atualidade, percebe-se que o planejamento urbano é relevante no que tange ao combate às desigualdades, no entanto, é imprescindível se pensar no “como fazer”. Logo, Maricato (2000) propõe a utilização do planejamento com o objetivo de diminuir a desigualdade e ampliar a cidadania, sendo este pautado na participação dos excluídos e o reconhecimento dos conflitos da sociedade. Propõe também a criação de um Plano de Ação e do Orçamento Participativo, ferramentas que podem contribuir para uma reversão no modo que as cidades são geridas no Brasil.

Em acepção análoga, o planejamento urbano proposto por Duarte (2007) O considera um processo com resultados parciais, que ele denomina de planos e, sendo assim, os planos contemplam as partes e o planejamento as etapas, como sumariza a Tabela 1.

TABELA 1 – Etapas do Planejamento Urbano
Considerações do autor

Etapas	Considerações do autor
Diagnóstico	Análise da realidade existente. Compreende também o inventário, o qual consiste na coleta e organização de dados sobre a realidade pesquisada, no caso do planejamento urbano, a cidade.
Prognóstico	Estudo realizado a partir dos dados do diagnóstico com o objetivo de inferir sobre a realidade futura, ou seja, prever com qual realidade irá trabalhar.

Propostas	As propostas são o resultado do planejamento, tendo os vetores previsíveis (resultado do prognóstico) e os vetores possíveis e/ou desejáveis (perspectivas e visões).
Gestão Urbana	Conjunto de instrumentos, atividades, tarefas e funções que visam assegurar o bom funcionamento de uma cidade.

Fonte: Adaptado de DUARTE (2007).

Em face disso, o planejamento urbano é um campo amplo que, de acordo com Duarte (2007), abrange aspectos da Sociologia, da Economia, da Geografia, da Engenharia, do Direito e da Administração, onde a última é muito valorizada por contemplar instrumentos novos para a gestão das cidades. Destarte, é abordada por Duarte (2007) a importância da gestão para o planejamento urbano com suas contribuições provenientes da administração contemplando aspectos da “boa governança” e da criação de uma administração pública mais focada na melhoria de qualidade de vida das pessoas.

Contudo, ao se tratar de melhoria da qualidade de vida nas cidades, há de se destacar as experiências de alternativas de desenvolvimento como vetores importantes para suprir gargalos da sociedade, quais Duarte (2007) aponta como as dimensões a serem tratadas no planejamento urbano, a exemplo da econômica, ambiental, infraestrutural, gerencial e territorial, cada um com aspectos internos inerentes.

Em sentido complementar concorda-se aqui com Carlos (2008) quando assevera que a cidade é uma construção humana, produto social, consubstanciação do trabalho e da materialidade das ocupações. Para ela, o “O modo de ocupação de determinado lugar da cidade se dá a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver.” (CARLOS, 2008, p. 45). Sendo assim, a gestão e o planejamento urbano devem assegurar as diferentes formas de uso e ocupação do solo, a dimensão espacial imerso no cotidiano dos cidadãos, a produção do lugar destes e as particularidades implícitas e explícitas na constituição do modo de vida da cidade. (CARLOS, 2008).

Todavia, conforme Sposito (1997), o poder público, muitas das vezes, escolhe para realizar os investimentos urbanos, como bens e serviços coletivos, justamente os lugares mais abastados e com população detentora de maior poder aquisitivo ou que ainda poderão ser vendidos e ocupados por essa população futuramente. A esse respeito a autora supracitada afirma que os lugares mais afastados, sobretudo os mais densamente povoados, acabam no ostracismo e abandono. Por isso, questiona: “Será que a cidade cresce desordenadamente, porque ela não está sob planejamento? Será que o Estado (subjugado pelas classes dominantes) é neutro ao planejar seus investimentos?”. (SPOSITO, 1997, p. 75). Entretanto, Sposito (1997) roborava que o Estado manifesta-se tendencioso na escolha dos lugares para investimentos e posiciona-se em favor das contradições sociais impostas pelo desenvolvimento capitalista, que estão materializadas na estrutura e paisagem urbana.

Igual modo, Santos (2008) esclarece que o Estado expressa os ditames das classes dominantes, ávidas por espaços particulares para reprodução social e crenças da inviabilidade de um planejamento igualitário e participativo. Neste contexto, as leis de zoneamento, por exemplo, evidenciam as habitações dotadas de segregação e representantes de uma dinâmica urbana profundamente marcada pela disparidade socioeconômica.

Tecidas essas breves considerações sobre a gestão e planejamento urbano, segue item a respeito da agricultura urbana enquanto alternativa de desenvolvimento.

AGRICULTURA URBANA COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO

No que tange ao conceito de AU, observa-se uma diversidade de definições, mais especificamente voltadas para o tempo de dedicação à produção, às especificidades da produção e ao tamanho e local do espaço utilizado. Conforme aponta Boukharaeva *et al.* (2005), o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) assinala que a produção familiar em tempo parcial corresponde à definição da AU que ocorre no Brasil. Desta maneira, “É uma microagricultura intensiva, cujos produtos são destinados à demanda local, na qual predominam os ciclos curtos e os pequenos circuitos de produção (BOUKHARAEVA *et al.*, 2005, p.416-417)”.

De acordo com a Lei 15.973 de 12/01/2006, que dispõe sobre a política estadual de apoio à AU em Minas Gerais, entende-se como AU “o conjunto de atividades de cultivo de hortaliças, plantas medicinais, espécies frutíferas e flores, bem como a criação de animais de pequeno porte, piscicultura e a produção artesanal de alimentos e bebidas para o consumo humano”.

Assinale-se que as definições mais utilizadas da AU, para Mougeout (2005), se baseiam em determinantes como as **atividades econômicas**, considerando as fases produtivas (produção, processamento e comercialização) e a inter-relação destas no tempo; a **localização**, sendo o elemento mais considerado nas definições, observadas a agricultura urbana e a periurbana; os **tipos de áreas**, que considera a propriedade, o desenvolvimento da área (construída ou baldia), a modalidade do uso ou da posse e relaciona também a categoria oficial do uso do solo; o **sistema e a escala de produção**, que para o autor todos os sistemas são aceitos; os **tipos de produtos**, com ênfase na produção de alimentos; e a **destinação dos produtos**, em que o autor observa o fato de produção proveniente da AU se destinar tanto para o consumo quanto para a comercialização.

Mougeout (2005) ainda salienta a necessidade de se considerar a interação da AU com o ecossistema urbano. Neste contexto, considera que a definição de agricultura urbana não está ligada apenas à localização e sim à conexão com o organismo urbano. Assim, o autor assegura que “A agricultura urbana interage com diversas facetas do desenvolvimento urbano, também é fato que ela pode nos ajudar a diversificar e fortalecer nossas estratégias de gerenciamento urbano” (MOUGEOUT, 2005, p. 7).

Por sua vez, Aquino e Assis (2007) *apud* Brito (2011) consideram a AU uma estratégia frente aos gargalos enfrentados nas áreas urbanas (produção de lixo, inchaço populacional e inexistência de condições econômicas das populações pobres para a compra de alimentos). Isto porque “Na prática, a agricultura urbana está desenvolvendo sua capacidade para ajudar a resolver ou enfrentar diversos desafios do desenvolvimento” (MOUGEOUT, 2005, p. 2).

Boukharaeva *et al.* (2005) e Brito (2011) asseveram a migração rural-urbano como um dos motivos do desenvolvimento de práticas de agricultura urbana e elencam as principais funções da AU, ponderando as funções alimentares, voltadas para segurança alimentar; as funções de bem-estar, por contemplar o contato com a natureza e, conseqüentemente, traz benefícios para a saúde física e mental que, conforme os autores, relaciona-se com a construção de identidade; e a função educadora e cultural,

por potencializar a transmissão dos saberes e valores culturais. Para Brito (2011), a função cultural consiste na reprodução das práticas advindas do campo desenvolvidas na cidade.

Assim, é notado que as dimensões do conceito de desenvolvimento propostas por Leff (2009) relacionam-se diretamente com as funções observadas a respeito da AU, sendo a econômica, a otimização dos processos produtivos; a social, como a qualidade de vida; a ambiental, considerando principalmente aspectos de conservação e produção consciente; a institucional com a maior participação popular nas decisões; e a cultural com a valorização dos costumes populares e a promoção da cooperação. Nesse sentido, salienta-se a visão da AU como uma alternativa de desenvolvimento.

CONCLUSÃO

Contudo, é possível concluir que a Agricultura Urbana consiste em uma alternativa de desenvolvimento, pois esta contribui para o fortalecimento da sociedade frente ao processo de acumulação capitalista, onde sua vertente produtiva relaciona-se diretamente com o papel do desenvolvimento proposto pelos autores estudados.

A função da AU como alternativa de desenvolvimento consiste no fato de que a mesma apresenta a competência desenvolvimentista sem, na maioria das vezes, utilizar-se dos aspectos voltados para a exploração capitalista, porém está inserida no mercado.

Esta função desenvolvimentista é explicada pela capacidade da AU de gerar emprego e renda na cidade (função econômica); permitir maior permeabilidade do solo (função ambiental); proporcionar o bem-estar à população seja para o agricultor urbano seja para o consumidor devido à sua vertente agroecológica (função de saúde e bem-estar); permitir a valorização do agricultor e proporcionar a reprodução de um modo de vida originariamente rural na cidade (função cultural); levar até às pessoas a educação ambiental (função educacional); e comportar modelos organizacionais, em sua maioria, voltados para a vertente cooperativista, com um caráter enveredado para a produção coletiva e uma inserção consciente no mercado (função empreendedora).

Além da relação direta com o desenvolvimento e, não menos importante, o estudo permitiu inferir também que a AU permeia as extensões tratadas no planejamento e na gestão urbana, como nas vertentes econômica, ambiental, infraestrutural, gerencial e territorial.

Assim, ressalta-se a importância da inserção da AU na “agenda” da administração pública, pois consiste em um modo de produção eficiente para o desenvolvimento local e regional e que carece de atenção em políticas públicas da maioria das cidades brasileiras.

Nesse sentido, este tema consiste em uma discussão relevante no que tange a proposições no âmbito da gestão pública, por desta forma abranger uma maior parcela da sociedade; e também no âmbito da gestão privada, por dispor de um negócio rentável devido suas especificidades produtivas.

Estas observações trouxe uma reflexão quanto à importância do tema e motivou os autores a trabalhá-lo com maior profundidade, onde o produto final deste estudo será uma dissertação de mestrado e também um programa de extensão voltado para a AU na cidade de Montes Claros/MG.

REFERENCIAS

BOUKHARAEVA, L. M.; CHIANCA, G. K.; MARLOIE, M.; MACHADO, A. T.; MACHADO, C. T. **T. Agricultura Urbana como um Componente do Desenvolvimento Humano Sustentável: Brasil, França e Rússia.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 22, n. 2, p. 413-425, maio/ago. 2005.

BRITO, G. S. **Migrações rural/urbano e fluxos de conhecimento agroecológico: o caso de Montes Claros, Minas Gerais.** Montes Claros, MG: ICA/UFMG, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandrini. **A Cidade.** 6ªed. São Paulo: Contexto, 2008.

DUARTE, Fábio. **Planejamento Urbano.** Curitiba: Ibpx, 2007. 177p.

FURTADO, Celso. **Criatividade e Dependência na Civilização Industrial.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, Celso. **O subdesenvolvimento revisitado.** Economia e Sociedade, V.1, ago, 1992. p. 5-19.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Sinopse do censo 2010.** Disponível em <https://www.censo2010ibge.gov.br/sinopse>. Acesso em 15 de Maio de 2016.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG. (1999)

MONTE-MÓR, Roberto Luís. **O que é o urbano no mundo contemporâneo.** Belo Horizonte: Cedeplar, 2006.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Urbanização, Sustentabilidade, Desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção urbano. In: Costa, G.; Costa, H.; Monte-Mór, R. (eds) **Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana.** Belo Horizonte, C/Arte. pp.55-70.

MOUGEOUT, L. J.A. **Agricultura Urbana - conceito e definição.** Revista de Agricultura Urbana nº 1, 2005. Disponível em: file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador...orio/CD%20AU%20Portugues%20(F)/AU1/AU1conceito.html (1 of 8)14/12/2005 09:50:34 a.m. Acesso em: 15 Mai, 2016.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras.** 7ªed.- São Paulo: Contexto, 1997.

SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2002.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização.** São Paulo: Contexto, 1997.